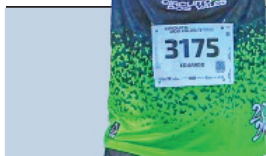


AHORA

ANÁLISE, CURADORIA E OPINIÃO DE VALOR



Fim de semana, 6 e 7 abril 2024 | Ano 21 - Nº 3544 | R\$ 4,00 (dia útil) R\$ 7,50 (fim de semana)



Superação na luta contra o câncer

PÁGINAS | 26 e 27



OPINIÃO | RODRIGO MARTINI Tecnologia contra criminalidade

Agentes de Encantado visitaram Lajeado em busca de exemplos que funcionam.



OPINIÃO | THIAGO MAURIQUE Inspirações no Vale do Silício

Andreia Feine compartilha experiências após visita ao grande centro de tecnologia.

HABITAÇÃO POPULAR

Municípios estudam modelos

FELIPE NEITZKE



Em meio ao processo de reconstrução após a catástrofe de setembro, erros do passado mostram o formato ideal

Os programas de habitação social costumam se sustentar em dois conceitos: aglomeração de residenciais diluídos em bairros; ou grandes condomínios, na maior parte das vezes em áreas periféricas. Para especialistas, é preciso evitar a segregação. Junto com isso, também

ofertar serviços básicos. Em Venâncio Aires (foto), residenciais estão em áreas urbanizadas, com espaços para o lazer e indústrias no entorno. Conforme as autoridades, com o acompanhamento social, há mais controle público.

PÁGINAS | 6 a 8



FINAL DO GAUCHÃO

Dois ídolos do Grêmio se enfrentam no sábado

PÁGINAS | 28 e 29

Visite nosso espaço na
III Feira Municipal da
Saúde, Agricultura,
Turismo e Artesanato
de Travesseiro

06 de abril
Praça Recanto da Alegria

Esperamos você!



Opiniãoanálise



PEDÓ IMÓVEIS

GANHE DINHEIRO INDICANDO IMÓVEIS.

CASH imobi

BAIXE O APP

WWW.CASHIMOBIL.COM.BR



rodrigomartini@grupoahora.net.br
RODRIGO MARTINI



SkyGlass

Pré-Lançamento

O seu mais novo endereço está aqui.

42 a 131m²

Studios, 2 e 3 dorm. com suíte

PREÇO COM SEU CORRETOR

Cercamento eletrônico regional

Uma ação — URGENTE! —



Um grupo de agentes de Encantado visitou a Central de Monitoramento em Lajeado para entender como utilizar a inteligência artificial e a tecnologia para combater a criminalidade e amenizar o problema gerado pelo déficit de policiais nas ruas. E os representantes da região alta do Vale do Taquari ficaram impressionados com os avanços e resultados já obtidos pela equipe da secretaria lajeadense de Segurança Pública, que atua em consonância e parceria com a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Estadual, a Polícia Rodoviária Federal e o comando regional e municipal da Brigada Militar. Além disso, os agentes encantadenses voltaram para casa com uma certeza que precisa ser compartilhada com todos os municípios do Vale: é preciso regionalizar o chamado “cercamento eletrônico”. Ou seja, precisamos conectar, aumentar e modernizar os pontos de videomonitoramento na região. E claro. Também é preciso seguir na luta por muito mais efetivo policial.

Carlos Hassmann retorna ao MDB de Imigrante

Primeiro chefe do Executivo na história de Imigrante, Carlos Hassmann voltou ao quadro de filiados do MDB. Ele comandou a cidade entre 1989 e 1992, e também foi vice-prefeito entre 2009 e 2012. A filiação dele pode representar um reforço de peso na provável campanha do atual prefeito Germano Stevens (MDB) à reeleição. Mas o próprio Stevens não descarta a indicação de Hassmann para o posto de candidato a prefeito em outubro.



Novos secretários em Lajeado, e a tensão com o PL

O governo de Lajeado ainda não confirmou todos os novos secretários. Por ora, só a indicação de Talita Fracalossi para o lugar de Carlos Reckziegel (PSDB) está confirmada na Cultura, Esporte e Lazer. Na secretaria de Obras e Serviços Públicos (Seosp), o ex-titular Fabiano Bergmann (PP) indicou a servidora concursada Rosilene Schmidt. Entretanto, o prefeito Marcelo Caumo (PP) ainda vai avaliar a indicação. Mas o impasse maior está na Secretaria de Meio Ambiente, onde o ex-secretário Luís Benoit precisa intermediar uma sucessão pacífica que agrade ao seu partido, o PL, e também ao prefeito. E a negociação levará em conta o pleito de outubro. Inevitavelmente.



PT perde vereador para o PDT em Taquari

O fim da janela partidária reservou uma surpresa na “cidade mãe” do Vale do Taquari. O vereador Luís Porto anunciou a troca do PT pelo PDT. Ele foi recepcionado pelos principais agentes pedetistas e deixou um rastro de preocupação junto ao Partido dos Trabalhadores. Aliás, a relação entre o PT e o PDT anda cada vez mais estremecida em Taquari. E isso não preocupa tanto assim o atual prefeito André Brito (PDT).

“Heliponto público” em Venâncio Aires

Para facilitar o trabalho de resgate nas enchentes, a localidade de Vila Mariante, em Venâncio Aires, pode ganhar heliponto público. A estrutura deve ficar ao lado do trevo de acesso à comunidade, junto à RSC-287. O projeto está em negociação entre governo municipal e Concessionária Rota de Santa Maria. Uma ação a ser copiada por todos os municípios atingidos pelas históricas enchentes de setembro de 2023.

TIRO CURTO



- Vereador de Lajeado eleito pelo PSDB, o empresário Márcio Dal Cin assinou com o MDB na noite de quinta-feira. Ele é cotado para compor uma “chapa pura” do MDB na majoritária, ao lado do também vereador Carlos Ranzi.
- E por falar nisso, muitos apostam em uma nova “chapa pura” do PP de Lajeado. E não faltam nomes para o posto de pré-candidato a vice da pré-candidata a prefeita, Gláucia Schumacher. Entre eles, Natanael Zanata, Isidoro Fornari, Fabiano Bergmann e Lorival Silveira. Mas há outros.
- Em Estrela, notícias antigas sobre ex-prefeitos são utilizadas para atingir indiretamente a pré-candidatura de Carine Schwingel (União Brasil) a prefeita.
- Fique atento, caro eleitor. Nos últimos dias aumentou de forma absurdamente risível e gritante o número de vereadores, secretários, assessores e afins posando ao lado dos ilustres deputados e suas milionárias emendas parlamentares. E coincidentemente estamos em ano eleitoral. Mas emenda não é compra de voto institucionalizada, não. Eu que sou chato. Bom fim de semana a todos!

Prefeito estuda decreto de “calamidade” na segurança



Prefeito de Venâncio Aires e presidente da Amvat, Jarbas da Rosa (PDT) pretende assinar um decreto de Situação de Calamidade na segurança pública. A decisão leva em conta o histórico déficit de policiais Civis e Militares que atendem a cidade e também alguns municípios vizinhos. Por lá, o serviço de plantão da Polícia Civil está debilitado e sob o risco de piorar, e muitas vezes os registros precisam ser lavrados em Santa Cruz do Sul. Além disso, a escassez de policiais militares no policiamento ostensivo também preocupa a municipalidade. Sobre o inusitado decreto, o gestor cita um exemplo semelhante em Butiá, onde no domingo passado o prefeito Daniel Almeida (PT) assinou um decreto de calamidade em função da insegurança.

Rosa ainda não finalizou o documento. Já em Butiá o governo determinou que, em função de uma sequência de homicídios e tentativas de homicídio – neste ano já foram quatro e cinco registros, respectivamente –, fica proibido o consumo de bebida alcoólica em “todo e qualquer espaço público, tais como praças, avenidas e outras”. Além disso, o gestor decretou que as lojas de conveniência, pelo período inicial de trinta dias, ficam “obrigados a encerrar suas atividades das 0h às 6h30min”. Já os bares e restaurantes que funcionam após as 24 horas “somente poderão vender bebida alcoólica para consumo local, em área interna”. O decreto também exige debates nas escolas, serviços de podas de árvores e reforço na iluminação e monitoramento.

HABITAÇÃO SOCIAL:

desafio para evitar a segregação

Pequenos aglomerados urbanos ou grandes condomínios para baixa renda? Formato dos projetos voltado para reduzir o déficit habitacional provocado pela inundação escancara preconceito e no risco da violência

Filipe Faleiro
filipe@grupoahora.net.br

Colaboração
Mateus Souza, Cristiano Wildner e Ezequiel Neitzke

VALE DO TAQUARI

As autoridades da região chegam em uma encruzilhada. Decidir como serão reconstruídas as casas de famílias que perderam tudo durante as inundações do ano passado.

Conforme relatório dos municípios, são cerca de 2,7 mil moradias destruídas ou condenadas. O governo federal, por meio do Minha Casa Minha Vida – Calamidade, autorizou quase 1,3 mil moradias (47,6% da demanda). Outros programas, de ordem estadual, também visam reduzir esse déficit e garantir o atendimento das populações mais vulneráveis.

Os modelos de projeto de habitação social no país se sustentam em dois conceitos. Pequenos aglomerados, quando se diluiu o total de residências em bairros distintos, ou de grandes condomínios, em áreas periféricas, voltados para a baixa renda.

No primeiro formato, o



Nos primeiros meses foi difícil. Estava acostumado com a vida no interior. Mas não foi só para nós. É bem diferente o convívio.”

NERCI PACHECO
MORADOR DE UM RESIDENCIAL POPULAR EM VENÂNCIO AIRES



Quanto maior o conjunto habitacional, mais problemático. A tendência é esses territórios se transformarem em guetos (...).”

AUGUSTO ALVES
PROFESSOR DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVATES

processo de convencimento por vezes esbarra na contrariedade dos moradores mais antigos. Como exemplo o caso de Arroio do Meio, em que a associação do bairro Bela Vista pressionou o governo municipal e os vereadores contra a proposta de 47 moradias custeadas a partir de parceria com o governo estadual. Inclusive foi feito um abaixo-assinado para que a proposta fosse retirada. O que de fato aconteceu.

Para especialistas, é o melhor modelo. “As moradias ficam em áreas com infraestrutura urbana e mais próximos aos dispositivos básicos, como postos de saúde, escolas, mercados, farmácias e outros estabelecimentos”, diz o professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Univates, Augusto Alves.

No modelo de grandes condomínios, há mais pontos contrários do que favoráveis, avalia o especialista. Em centros urbanos, os riscos estão na segregação dos moradores e no risco de escalada da violência.

“Quanto maior o conjunto habitacional, mais problemático. A tendência é esses territórios se transformarem em guetos, com uma configuração própria. Pois trata-se de uma população homogênea e apartada do resto da cidade, pela própria característica da pobreza. Ela gera toda sorte de problemas. Desestruturação familiar, desemprego. São pessoas que estão suscetíveis às ofertas do crime”, avalia o professor.

Pela listagem do governo federal, 13 municípios foram contemplados com verbas para reconstrução de moradias. Para o Vale do Taquari, são nove cidades.

Moradia popular e violência

Os projetos de moradia podem ter um impacto significativo nos indicadores de violência, conforme evidenciado por um estudo do economista mestre em Políticas Públicas, João Ricardo Ribas de Moraes. Ele analisou 79 conjuntos habitacionais inaugurados entre 2013 e 2020 na cidade de São Paulo. A pesquisa de revelou que:

Aumento

Nos locais mais pobres e afastados, houve um aumento médio de 3,5% na violência após a inauguração dos condomínios.

Redução

Em territórios com população empregada, com renda a partir de um salário mínimo e meio, a entrega de conjuntos habitacionais está associada a uma redução média de 8,1% da violência.

Conclusão

Influência Territorial: A qualidade da inserção urbana dos empreendimentos é crucial para a relação com a criminalidade.

Condições Iniciais: Políticas públicas de habitação combinadas com condições iniciais mais favoráveis podem influenciar positivamente outros setores, como a diminuição da violência



Residencial Novo Tempo, em Lajeado. São mais de 440 apartamentos entre os bairros Jardim do Cedro e Santo Antônio. Moradores relatam problemas estruturais. Defesa Civil verifica se há riscos para a população

distintos.”

Existem oito áreas aprovadas nos bairros Conventos, Jardim do Cedro, Morro 25, Campestre e Conservas. “No nosso entendimento, o formato do Novo Tempo foi um erro”, afirma.

Os condomínios aprovados durante a gestão de Luís Fernando Schmidt têm mais de 440 apartamentos em uma das localidades mais carentes do Vale do Taquari.

Falta de áreas

Em Estrela, o déficit chega a 341 moradias. O governo federal confirmou 100, um investimento de R\$ 13 milhões. Ainda está em análise o projeto para 240 unidades.

O projeto do município é construir nas proximidades do Residencial Nova Morada, entre os loteamentos populares e a área de expansão urbana, Novo Paraíso.

No local, há 240 casas populares. Feitas durante a gestão de Carlos Rafael Mallmann, o programa foi voltado para retirada de famílias das áreas de inundação e implementado a partir dos anos de 2017 e 2018.

Devido a distância do centro e falta de equipamentos públicos (escolas, postos de saúde, mercados, farmácias e outros), houve famílias contempladas que decidiram retornar para as antigas áreas. Isso abriu espaço para negociações das unidades

Aprender com o erro

Em Lajeado, o déficit habitacional criado pela inundação se aproxima das 720 moradias. São 272 famílias que recebem o aluguel social, ampliado para 18 meses.

Conforme o prefeito Marcelo Caumo, o município foi contemplado por dois programas, o Calamidade e o Minha Casa Minha Vida faixa 1, com total de 379 unidades.

A estratégia é reconstruir por etapas. Dando prioridades para quem está em aluguel social e em cotas mais baixas de inundação. Depois disso, cadastrar mais projetos no governo federal.

O modelo é diluir essas moradias em diferentes bairros. “Entendemos ser um erro fazer tudo em uma localidade. Então temos áreas aprovadas em bairros

FILIPE FALEIRO



sem a anuência do agente financeiro (Caixa Econômica Federal).
Hoje, o projeto do prefeito Elmar Schneider é levar as novas moradias para o terreno do Novo Paraíso. Um porta-voz da gestão ressalta que o motivo é a falta de áreas. “Mais de 45% da cidade ficou debaixo d’água. Então, a única área pública com possibilidade de conseguir autorização federal é lá”.
Em cima disso, a estratégia do governo é investir em aparatos públicos. Já há recursos separados para construção de uma escola de Ensino Fundamental e Infantil, além de postos de saúde.
Outra aposta é garantir opções de trabalho. Nas imediações existem terrenos destinados para instalações de empresas e de indústrias.

Incertezas em Arroio do Meio

O governo federal aprovou mais 294 unidades para Arroio do Meio. Outras 212 estão em fase de análise, próximas de serem autorizadas. No entanto, as obras esbarram nos terrenos. “Estamos buscando o financiamento de R\$ 8 milhões para compra de áreas de terras”, diz o prefeito Danilo Bruxel.
Conforme o gestor, ainda não há uma ideia de onde ficarão. Sabe-se que algumas serão em

formato de edifícios e também de casas geminadas. “Buscamos orientação do Ministério Público para como fazermos os modelos.”
Nas 42 moradias pelo Estado, houve resistência dos moradores de Bela Vista. “Isso já foi superado”, minimiza o prefeito. Em cima disso, com a orientação de dividir as moradias em várias áreas, admite a necessidade de diálogo com a comunidade. “Queremos evitar a aglomeração. Mas não sabemos ainda como vai ser. Tudo depende das compras das áreas”, resume o prefeito.

Lições de Venâncio Aires

A implantação das moradias sociais em Venâncio Aires começou em 2009. Foram 72 unidades. A partir disso, se iniciou a consolidação dos bairros Aviação e Bela Vista.
“O projeto era tirar as famílias da área de risco do Arroio Castelhana, para botar as pessoas em uma condição melhor, em locais com infraestrutura de saneamento, abastecimento de água e esgoto”, relembra a secretária de Planejamento, Deizimara Souza.
Hoje são dois grandes condomínios populares. São quase 500 apartamentos. Como estão perto do centro, houve uma valorização dos imóveis e terrenos. Um dos moradores é o aposentado Nerci Pacheco,

76. Ele e a mulher moravam em Linha Herval. Chegaram no residencial faz mais de oito anos. “Nos primeiros meses foi difícil. Estava acostumado com a vida no interior. Mas não foi só para nós. É bem diferente o convívio”, destaca.
Pacheco lembra que situações corriqueiras do dia a dia eram motivo de discussões e até mesmo de brigas. Uma das situações envolvia o som alto, por exemplo. Mas a contratação temporária de um vigilante na entrada do condomínio e a instituição de regras.
Aos poucos, o convívio melhorou. “Agora temos grupos de amigos. Jogamos um carteadado. No tempo livre, sempre nos divertimos”. O casal paga R\$ 40 de financiamento pelo apartamento e cerca de R\$ 260 de condomínio.
O prefeito, Jarbas da Rosa, enumera alguns cuidados básicos. Começa no cadastramento. De acordo com ele, é preciso disponibilizar serviços básicos de saúde e educação. “Trabalhamos com um raio de no máximo dois quilômetros para que as pessoas tenham acesso.”
Na avaliação dele, o problema da criminalidade ocorre devido a falta de políticas públicas. “Quando existe ausência do poder público, com políticas de atendimento básico, formação da mão de obra, oportunidades de emprego, abre-se a chance para o domínio de grupos ligados ao crime.

Experiências na região

Lajeado

FILIPE FALEIRO



O Residencial Novo Tempo, entre os bairros Jardim do Cedro e Santo Antônio, começou a ser construído em 2014. São 448 apartamentos, cada um tem cerca de 50 metros quadrados, com sala, cozinha, dois quartos e banheiro. A ocupação das moradias começou em 2017.

Situação
Infiltração, depreciação dos imóveis e problemas estruturais;
Apartamentos danificados, abandonados ou invadidos;
Inadimplência das taxas de água e condomínio;
Relacionamento tumultuado entre

vizinhos;
Alguns espaços ocupados por grupos ligados ao crime;
Localização fica em um dos maiores bolsões de miséria da região;

Análise das autoridades
O atual governo de Lajeado considera esse modelo um equívoco. Os setores de acompanhamento e de assistência social têm dificuldade em engajar os moradores nas reuniões e eventos ligados à resolução de conflitos. Pela segurança pública, o entendimento é que se trata de uma localidade conflagrada pela criminalidade. Tanto no condomínio quanto no entorno.

Estrela

DIVULGAÇÃO



O Residencial Nova Morada fica em área de expansão urbana, entre os loteamentos populares e a localidade de Novo Paraíso, transformado em bairro. A construção começou em dezembro de 2013. Em vez de apartamentos, são casas. No total, 240 unidades. Ocupadas a partir de 2018.

Situação
Distância da área central do município;
Falta de itinerários do transporte público;
Poucas áreas de lazer e entretenimento;
Não há escolas e postos de saúde;
Algumas moradias ocupadas por integrantes de grupos criminosos;

Alguns contemplados pelo programa desistiram e foram para outras áreas;

Análise das autoridades
Na leitura da atual administração de Estrela, o projeto foi feito para resolver um problema (retirar pessoas das áreas de risco de enchente) e acabou criando outro. A distância das áreas centrais interferiu sobre o acompanhamento das políticas sociais. Sem aparatos públicos, sem escola, postos de saúde e centrais de assistência, deixou-se um vazio que foi ocupado por forças paralelas. Assim como em Lajeado, a segurança pública considera a localidade de alto risco à violência.

Teutônia

EZEQUIEL NEITZKE



O loteamento Morada do Sol tem 128 residências. Foi construído entre 2013 até 2018. Fica no fim do Canabarro. Pensado para resolver o problema habitacional dos bairros Alesgut, Teutônia, Languiru e do próprio Canabarro.

Situação

Local distante das áreas urbanas; Poucos itinerários de transporte; Moradores que seriam contemplados, desistiram, pois saíam dos bairros onde construíram suas vidas; Ocupação veio de moradores de outras cidades ou regiões;

Maioria dos moradores atua na indústria de calçados;

Análise das autoridades

O atual governo acredita que o loteamento cumpriu com sua função social. Foram feitos investimentos em urbanização, com calçamento e pavimentação. Toda iluminação pública foi adaptada. Há dispositivos públicos instalados, com escola, posto de saúde. O maior problema é a falta de transporte urbano. Na área da segurança, há poucos relatos de ocorrências.

Venâncio Aires

FELIPE NEITZKE



Há dois grandes condomínios populares. No bairro Aviação, existem 224 apartamentos, em 14 blocos. Já o Bela Vista, são 256 unidades. Foram inaugurados entre 2016 e 2017.

Situação

Morádias inclusas aos bairros; Proximidade com indústrias; Alta taxa de empregabilidade; Presença de dispositivos públicos (escolas e postos de saúde); De negativo, inadimplência do condomínio;

Algumas torres com abandono de imóveis;

Análise das autoridades

Para o governo municipal, ainda que sejam condomínios grandes, houve um planejamento voltado para ocupação de moradores próximos. Também ficaram em áreas valorizadas, perto do centro e dos dispositivos públicos. Também com oportunidades de trabalho nas indústrias vizinhas. Há poucos relatos de crimes graves na área das morádias.

ENTREVISTA

JAMILE WEIZEMANN • doutora em Arquitetura pela Ufrgs, coordenadora do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Univates

“O ideal é trabalhar com moradias espalhadas em diferentes áreas da cidade”

A Hora – Quais cuidados os municípios precisam ter com os projetos de habitação?

Jamile Weizemann – Uma das questões primárias é em relação a área destinada para tal finalidade. Esse novo local para o conjunto de habitações, seja em forma de prédios ou casas, deve ser estudado para que a localização tenha infraestrutura básica e mobilidade urbana. Por óbvio, também fora de áreas de risco.

Essas áreas são difíceis de encontrar, pois muitas vezes, as mais interessantes já estão consolidadas. Por isso, as novas instalações acabam sendo locais mais isolados ou longe de serviços, repetindo erros que já vivenciamos em experiências anteriores.

Existe uma ferramenta chamada Avaliação de Inserção Urbana, que pode ajudar as gestões a pensar o mínimo de infraestrutura que deve dispor, como acesso à saúde, educação e outros serviços básicos.

– Qual o melhor modelo? Concentrar ou distribuir as moradias em locais diferentes da cidade?

Jamile – O ideal é trabalhar com moradias espalhadas em diferentes áreas da cidade, a fim de estabelecer uma equidade na distribuição social e atender a diferentes necessidades da população de diferentes bairros. São pessoas que já tinham suas referências de trabalho, unidade

básica de saúde, escolas, e demais aspectos sociais de pertencimento ao território.

O deslocamento de uma família para uma área distante da sua localidade implica em mudar toda sua referência de vida, portanto esse processo requer um trabalho conjunto do poder público.

– O Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Univates tem acompanhado os municípios? Como é a atuação de vocês?

Jamile – Desde o princípio da catástrofe, acompanhamos os sete municípios mais atingidos (Santa Tereza, Muçum, Encantado, Roca Sales, Arroio do Meio, Lajeado e Estrela). Auxiliamos com materiais necessários para recorrer a verbas federais da Defesa Civil para novas moradias. Também no preenchimento dos requisitos para o Calamidade. Feito isso, agora acompanhamos os projetos de alguns municípios. No momento, nosso trabalho se concentra em Encantado, nos âmbitos da habitação e da assistência social, com objetivo de qualificar os processos.

– É possível trabalhar esses projetos sem excluir? Sem criar um abismo ainda maior e este-reotipar as comunidades mais vulneráveis?

Jamile – Sempre é possível fazer melhor. Para isso, é necessário investimento. Não só verbas



Sempre é possível fazer melhor. Para isso, é necessário investimento. Não só verbas federais, mas equipes para pensar e planejar os projetos necessários e as políticas sociais.”

federais, mas equipes para pensar e planejar os projetos necessários e as políticas sociais. A exemplo disso, destaca-se a revisão de planos diretores, planos setoriais de mitigação dos efeitos decorrentes da crise climática, além de políticas de Habitação de Interesse Social. No Brasil, temos bons exemplos que revelam a habitação social de qualidade, além de intervenções que qualificaram os espaços urbanos nessas áreas. A ideia de construção de um novo conjunto de habitação de interesse social requer sensibilidade e tempo de planejamento, que muitas vezes não estão alinhados com a urgência. Isso acarreta perda de qualidade.

O mais importante é encontrar um meio termo entre a urgência do projeto final e das decisões imediatas à população.

FELIPE NEITZKE



Morador de Venâncio Aires, Nerci Pacheco, saiu do interior faz 8 anos e foi morar em um apartamento

políticacidadania

QR Code deve facilitar pagamento do rotativo

Medida atende solicitação de usuários que apontam dificuldade em encontrar monitores para quitar tarifa

Henrique Pedersini
henriquepedersini@grupoahora.net.br

LAJEADO

Após a renovação do contrato com a Stacione, o departamento de trânsito de Lajeado implementa as primeiras medidas para qualificar o serviço na área de estacionamento pago. As placas de sinalização receberão QR Code, códigos para pagamento do serviço via Pix. A decisão foi anunciada pelo coordenador de trânsito de Lajeado e fiscal do contrato com a Stacione, Vinicius Renner, em entrevista ao Conexão Regional da Rádio A Hora, nessa quinta-feira, 4.

A medida atende a mais frequente das reivindicações pelos usuários, que é a falta de monitores nas ruas. Conforme Renner, será uma maneira de quitar a tarifa mais rapidamente. “Está mudança está acertada, vamos dar andamento para que nas próximas semanas as placas em todas as ruas de área azul possam ter o código para pagamento pelo Pix”, complementa. A novidade não é a única no serviço, pois o departamento de trânsito estuda com a empresa vencedora da licitação, formas de diminuir a rotatividade dos cobradores, para que eles sejam frequentemente treinados e tenham sequência na atividade, que funciona de segunda a sexta das 8h até 18h e aos sábados das 8h as 12h.

Mudanças na Pasqualini

Renner também projetou para as próximas semanas a nova pin-

tura e mudanças no entroncamento das avenidas Senador Alberto Pasqualini e Pirai, no bairro São Cristóvão. A secretaria de Planejamento desenvolveu o projeto que prevê o fim da conversão à esquerda para veículos que transitam no sentido Centro-bairro. O acesso para Pirai requer que os motoristas convertam ao lado direito para a Rua Miguel Tóstes e depois ingressem na Washington Luiz para retornar até a Pasqualini e adentrem

na Pirai. “É a mais significativa alteração que teremos e dependia de uma modificação no tempo semafórico e requer ainda um trabalho dos agentes para habituar as pessoas que algumas manobras não serão mais possíveis e os trajetos alternativos”, especifica.

Guarda municipal

Aprovada no mês passado na câmara, a criação da guarda ar-

mada municipal deve ganhar novos avanços ainda neste ano. Conforme Renner, a etapa de momento é encontrar uma empresa que forneça os cursos necessários para os atuais agentes de trânsito converterem sua possibilidade de atuação para guarda municipal. “A ideia é encontrar uma forma mais econômica e qualificada de fornecer estas horas de curso, que todos os interessados terão que fazer”, garante.

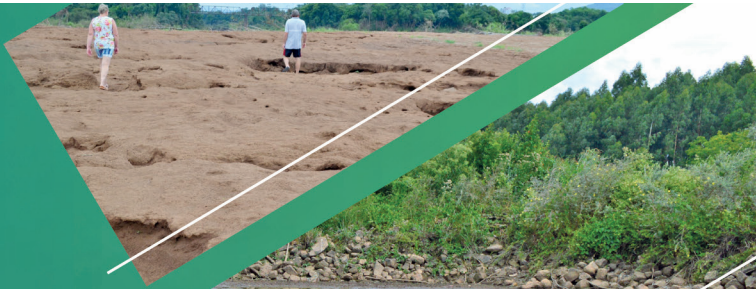


Placas de sinalização da zona azul terão Qr Code para sistema de pagamento das vagas de estacionamento

Seminário

Pensar Vale

Os abalos ambientais e o impacto no campo



Painéis técnicos

Projeções climáticas

Experiências de produtores

Debates sobre ações dentro e fora da porteira

30 de abril

Auditório do Colégio Teutônia

Patrocínio: REINIGEND QUÍMICA DO BRASIL

Apoio: Sicredi EMATER/RS ASCAR

Realização: C.I.C. VALE DO TAQUARI GRUPO A HORA COLÉGIO Teutônia